

Ata da 13ª (décima terceira) Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de São Gonçalo do Amarante-CE. Às 09h00(nove horas) do dia 24 (vinte e quatro) de maio de 2019, junto ao plenário de sessões Ver. João Moreira Barroso, no Edifício Ver. José Evaldo Martins, situado a Av. Prefeito Maurício Brasileiro Martins. Havendo número legal e invocando a proteção de Deus, o Presidente José Ednaldo Lopes Martins saudou os presentes e declarou aberta a sessão ordinária. Registradas as presenças dos Vereadores: Antônio Moreira Barroso Filho; Vicente Augusto Moreira Ribeiro; José Wanginaldo de Gois; João Alfredo Matos; Antônio Pereira da Silva; João Celso da Trindade Neto; Marcelo Ferreira Teles; Ailson Ferreira Frota Filho; Francisco Magno Martins de Brito; Josias Araújo Filho; Pedro Victor Barroso de Oliveira e Péricles Roberto de Lima Ferreira. No **PEQUENO EXPEDIENTE**, o presidente informou que, por motivos de força maior, não seria realizada a leitura da ATA da sessão anterior. Na pauta da Sessão: Projeto de Lei Nº 013/2019 de autoria do Executivo Municipal, que versa sobre a alteração da Lei Municipal Nº 1334/2015, que cria o Programa Cartão Alimentação e autoriza a concessão de auxílio financeiro e amplia o programa o programa social com a inclusão de Vale-gás - com parecer favorável das comissões; Projeto de Resolução Nº 04/2019, de autoria do vereador Alfredo Matos, que institui a obrigatoriedade da tradução simultânea em LIBRAS nas sessões plenárias do Poder Legislativo Municipal transmitidas online – com parecer favorável das comissões; Parecer Técnico das Comissão de Justiça e Redação e Comissão de Orçamento e Finanças que trata da análise técnica ao Projeto de Resolução Nº 05/2019 que dispõe sobre a alteração do Regimento Interno da Câmara quanto a supressão do parágrafo único do Art. 52; - Parecer recomenda o arquivamento da matéria; Recurso ao Plenário, do líder do boco Vereador Jose Wanginaldo de Gois, com trâmite urgente, relativo à decisão de arquivamento do Projeto de Resolução que trata da redução de recursos financeiros a serem repassado ao Poder Legislativo em forma de duodécimos; Parecer Técnico Nº 17/2019 de autoria da Comissão de Justiça e Redação ao Recurso ao plenário ao Projeto de Resolução Nº 03/2019 e sugere seu desarquivamento, bem como a consulta ao plenário; Decisão da Mesa Diretora ao Projeto de Resolução Nº 03/2019; Projeto de Resolução Nº 06/2019 que dispõe sobre a denominação de área interna da Câmara Municipal de São Gonçalo do Amarante, que passará a chamar de Espaço do Povo Vereador Raimundo Nonato de Oliveira Filho; Projeto de Lei Nº 14/2019, de autoria do vereador Ednaldo Martins, que institui o dia municipal do

Disento
Lauda 1 de 7

Pastor a ser comemorado anualmente no segundo domingo de junho; Indicação Nº 23/2019, de autoria do vereador Josinaldo, que sugere a construção de calçamento em ruas na comunidade de Guaribas; Indicação Nº 24/2019, do mesmo vereador, que sugere a pavimentação de ruas na localidade de Lagoa das Cobras; Indicação Nº 25/2019, que sugere a pavimentação de ruas na localidade de Tabuba; Indicação Nº 26/2019, de autoria do vereador Neto do Pecém, que sugere a ampliação do calçamento da praia do Pecém, bem como a instalação de aparelhos de musculação de academia ao ar livre e instalação de novos quiosques; Indicação Nº 27/2019, de autoria do vereador Magno do Pecém, que requer a construção de calçamento em ruas na localidade de Sítio Paul. No **GRANDE EXPEDIENTE**, o presidente convidou o professor Rômulo Moreira Florindo a fazer uso da palavra. Ausente para fazer uso da palavra, em seguida, a senhora Marneide Aires, representante do sindicato APEOC, fez uso da tribuna, onde fez cobranças ao Executivo Municipal quanto ao reajuste anual para os professores da rede de ensino público, citando também o reajuste salarial de outros servidores públicos e pediu apoio ao legislativo e executivo em relação ao que está sendo pleiteado. O vereador Marcelo contribuiu e citou: necessidade de revisão de regência de sala de aula e a realização de concurso público. A professora Marneide, concluindo, convidou os parlamentares para participação em reunião sobre o assunto abordado. O vereador Ailson solicitou que fosse mantido o direito de uso do professor Rômulo na tribuna. O presidente da Casa deu seguimento ao Grande Expediente. Por questão de ordem, o vereador Gois ponderou que deveria ser mantida a fala do professor à tribuna. O vereador Pereira disponibilizou seu tempo para este fim, mas a presidência manteve o rito habitual do grande expediente, seguindo a ordem dos vereadores inscritos. O vereador Pereira, em sua fala, esclareceu sobre a aprovação da matéria que tratava da regulamentação de 4,17% do complemento dos professores, como sugere o piso nacional. O fato foi noticiado nas redes sociais apontando que seis vereadores votaram a favor do prefeito. Quando a matéria teve abstenção apenas do vereador Vicente, sendo aprovada pelos demais parlamentares. Pereira informou que o assunto vem sendo discutido no Executivo Municipal e a devida atenção tem sido dada. O vereador lembrou das várias melhorias na infraestrutura dos aparelhos públicos e os gastos necessários para a manutenção dos serviços. Adiante, o vereador comentou a propositura apresentada pelo vereador Gois que trata da redução de duodécimos da Casa e que visa gratificar professores

Vicente
Lauda 2 de 7

da rede de ensino público. Em aparte, o vereador Gois comentou que tal matéria foi divulgada em rede social, pela representante da APEOC, de forma incorreta, como algo inconstitucional e pediu que seja feito o uso correto das redes sociais com a finalidade de socializar e não propagar inverdades. O vereador Vicente Augusto relatou que há uma tentativa de transferir responsabilidades do Executivo ao Legislativo. Em seguida pontuou: custos do Poder Executivo com dispêndio de dinheiro público relativo à ajuda de custos com combustível para deslocamento de secretários; elevado salário do secretário de finanças; carros agregados na prefeitura; falta de remédios na rede de saúde. O vereador Marcelo Teles retificou a fala do vereador Pereira, informando que o que é gasto em educação trata-se de investimento. Posteriormente, o vereador questionou o veto à matéria de sua autoria que tinha como escopo a supressão de dispositivo que não permite a criação de outras comissões enquanto outras duas estiverem em andamento e pediu que a decisão seja votada em plenário. Marcelo citou e justificou a necessidade de instalação de uma Comissão Especial de inquérito, criticou o uso indiscriminado do auxílio deslocamento, mencionou que o governo economizaria com cortes de cargos comissionados, bem como o auxílio supra. Aparte, os vereadores Josinaldo e Antônio José substanciaram o assunto pontuando os gastos estimados nos anos anteriores e ausência de aumento salarial para professores, respectivamente. O vereador Ailson informou que na próxima sessão serão dadas respostas quanto aos reajustes salariais de professores e funcionários, como também a realização de concurso público. O líder do governo falou ainda sobre a decisão plenária sobre o trâmite da matéria que trata da redução de duodécimos do Poder Legislativo. Ratificou o seu posicionamento político desde o início de seu mandato de vereador, soluções que devem ser adotadas para solução de problemas administrativos, como também a necessidade de se manter a hombridade, coerência e respeito. Adiante, o vereador citou as melhorias realizadas pelo governo municipal, criticou a participação da representante da APEOC em reunião para atendimento das demandas de professores, onde não se manifestou, questionando, dessa forma, a representatividade da sindicalista. Concluindo, Ailson falou questionou o direito de uso da tribuna, retificando que o professor Romulo Florindo estará inscrito para o devido uso na sessão próxima. O vereador Péricles Roberto questionou a devida atenção ao regimento interno quanto às comissões existentes. Registrou a participação parte dos vereadores à Companhia Siderúrgica do Pecém. Posteriormente, o

Vicente
Lauda 3 de 7

vereador fez ponderações quanto ao acesso de terceiros às dependências dos gabinetes, como também a instalação de softwares nos respectivos computadores. De antemão, o Péricles informou que, como outros vereadores, adotará medidas para garantir a segurança dos gabinetes. O vereador fez convite diante da realização de audiência pública a ser realizada na quarta-feira subsequente. Informou que será informado em breve a concessão de reajuste dos servidores. A respeito da legalidade da propositura de autoria do vereador Gois, foram feitas considerações quanto a possibilidade de contenção de gastos pelo Legislativo municipal. O vereador Gois iniciou seu discurso levantando uma questão de ordem quanto à observância do que versa o regimento interno em seu artigo 158 que trata sobre a decisão plenária, e o encaminhamento de matérias à comissão competente. A seguir, Gois fez questionamentos acerca da transparência da Casa e devidas prestações de conta, como também a não garantia da fala em tribuna do professor Rômulo Florindo. Em relação à realização de concurso público, o vereador pautou a iminente concorrência às vagas de professor em observância ao que o município disponibiliza aos profissionais dessa categoria, citando o pagamento em dia e gratificações. Foi explicada que a manutenção de garantias e reajustes salariais deve observar o equilíbrio financeiro diante de um quadro econômico complexo. Diante disso, o Gois enfatizou a relevância da matéria de sua autoria justificando-a pela sua constitucionalidade e evidente disponibilidade financeira do poder legislativo em comento, garantindo, com a sua aprovação, a maior valorização e ganho salarial para os professores da rede pública de ensino. Finalizando, foi pedido o devido apoio à matéria. Seguindo o rito da sessão, o vereador Josinaldo fez uso da palavra. Em suas colocações, foi ressaltada a necessidade de valorização dos profissionais da saúde. Acerca da educação do município, o vereador pontuou a falta de infraestrutura de algumas escolas, como também a ausência de aula para alguns alunos em decorrência da realização de eventos festivos. Josinaldo demonstrou ser favorável ao aumento salarial para os professores, demonstrou-se contrário à matéria que versa sobre a redução de duodécimos do Legislativo. Foram ressaltadas qualidades do presidente da Câmara, enquanto gestor público. Josinaldo ainda fez críticas à qualidade de obras no município, destacando, especialmente as obras de escolas públicas, parabenizou o Senhor Avelino Forte pelas cobranças feitas à gestão municipal. Depois, o vereador falou da necessidade de participação da sociedade no que diz respeito a denúncias sobre ações do Executivo, e

Dicente
Lauda 4 de 7

parabenizou os manifestantes que reivindicavam melhorias para o distrito de Taíba e falou sobre a necessidade de melhorias na Parada. O vereador Ednaldo, em suas palavras, fez esclarecimentos quanto à: gastos com combustíveis; transferência de responsabilidades do executivo ao legislativo; legislação com responsabilidade; obediência à Lei Orçamentaria Anual; constitucionalidade de proposições. Ednaldo ratificou que há soberania do plenário e que os vereadores têm voto livre. Seguidamente, foi solicitada a leitura do parecer da Mesa Diretora. Por questão de ordem, o vereador Péricles Roberto fez indagações acerca de valores com combustíveis na Casa, sendo prontamente respondido pelo orador, vereador Ednaldo, que retificou os valores anteriormente apontados. Fazendo uso do seu tempo de liderança, o vereador Gois esclareceu que a emenda à matéria por ele apresentada trata de uma retificação quanto à redução de duodécimos e não à devolução ao término do exercício anual. Informou também que o prefeito dará 5% de reajuste e que a redução dos duodécimos será um adicional à classe de professores. Por fim, Gois fez esclarecimentos quanto à base de cálculo de receitas, como também os repasses de recursos a Casa. Na ORDEM DO DIA foi realizada a leitura do Parecer Técnico Nº 17/2019 referente à inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Resolução Nº 03/2019. Em seguida, foi colocado em votação plenária o recurso contrário ao parecer técnico. Após discussão e votação, o recurso foi aprovado com 09 (nove) votos favoráveis e 03 (três) votos contrários. O projeto seguirá para desarquivamento e encaminhado às comissões competentes. Encaminhado às comissões: Projeto de Lei Nº14/2019; Projeto de Lei Nº06/2019. Após discussão, foram aprovados: Projeto de Lei Nº03/2019; Projeto de Resolução Nº 04/2019. Adiante, foi realizada a leitura do parecer Técnico Nº 19/2019 contrário à tramitação do Projeto de Resolução XX/2019, sendo este aprovado por 06 (seis) votos favoráveis e 05 (cinco) contrários e 01 (uma) abstenção. O Projeto de Resolução Nº XX/2019, de autoria do vereador Marcelo Teles foi arquivado. Em bloco, as indicações Nº 23; 24 e 25/2019 foram aprovadas; Indicação Nº 26/2019 – Aprovada; indicação Nº 27/2019 – aprovada. No HORÁRIO ABERTO ÀS EXPLICAÇÕES PESSOAIS, o vereador Vicente Augusto demonstrou documentos que indicam, segundo ele, a utilização de carros agregados à prefeitura. Aparte, o vereador Gois esclareceu que tais carros eventualmente podem estar agregados às empresas que prestam serviços ao governo municipal e que há um processo licitatório envolvido. Vicente questionou novamente altos salários e quantidade de cargos comissionados no âmbito municipal.

Ressaltou o trabalho do vereador de fiscalizador e fez críticas quanto relacionadas às condições para atendimento de educação, como também a obras no distrito de Taíba. O vereador Marcelo Teles informou que recorrerá da decisão do parecer contrário à matéria de sua autoria, que buscará o ministério público para que tome providências quanto a instalação de CPI na casa. Solicitou ao vereador Neto relatório sobre gastos em obras em rodovias. Marcelo ratificou a participação da sociedade em manifestações. Ao professor Evandro, Marcelo informou que apresentará indicação visando melhoria nas gratificações dos diretores e coordenadores escolares. Por fim, ressaltou que manterá seu posicionamento firme enquanto parlamentar. O Vereador Ailson elogiou o debate no plenário, falou da responsabilização pelas palavras de cada vereador. Adiante, fez informes sobre: visita técnica à CSP; Copa Raimundo Vicente, no sertão do município. Ailson cedeu parte do seu tempo ao vereador Pereira, que fez esclarecimentos sobre a prestação de serviço junto a empresas ligadas à prefeitura. Ressaltou seu profissionalismo e que não faz uso do serviço de manutenção de iluminação pública com finalidades políticas. Péricles Roberto fez convite para Sessão Solene em homenagem aos profissionais de enfermagem. Seguidamente, relatou sobre a realização de festa das mães na Taíba, onde na oportunidade, foi percebido um ato democrático e a o diálogo com o chefe do executivo. Péricles destacou que o plenário é ambiente que deve ser respeitado. O vereador Gois levantou o assunto acerca de ajuizamento de fatos caluniosos e desrespeitosos citando episódio em que foi desrespeitado pelo professor Daniel Crisóstomo, lamentado o comportamento do colega parlamentar Irmão Vicente, que age de forma análoga. O vereador Neto do Pecém justificou seu posicionamento diante do seu voto à matéria de autoria do vereador Marcelo. Agradeceu o voto favorável do plenário à sua indicação. O vereador Josinaldo criticou o comportamento do senhor Daniel, anteriormente citado pelo vereador Gois, em publicações em redes sociais quando este relata, de forma distorcida, que os vereadores se manifestaram através de nota de repúdio à exploração dos recursos hídricos no município. Por fim, o vereador se manifestou contrário à redução de duodécimos na Casa e favorável à educação com ensino de qualidade. Aparte, o vereador Marcelo sugeriu aos vereadores o respeito à fala dos parlamentares quanto ao pronunciamento destes. Nada mais havendo a tratar, a presente sessão foi encerrada. Plenário da Câmara Municipal de São Gonçalo do Amarante-Ceará, em 24 de maio de 2019.

Vicente
Lauda 6 de 7

José Ednaldo Lopes Martins

José Ednaldo Lopes
Martins
Presidente da Câmara

Pedro Victor Barroso de Oliveira

Pedro Victor Barroso de
Oliveira
1º Secretário

1. Antônio Moreira Barroso Filho
2. Marcelo Ferreira Teles
3. João Alfredo Matos
4. Vicente Augusto Moreira Ribeiro
5. José Wanginaldo de Gois
6. Antônio Pereira Silva
7. João Celso da Trindade Neto
8. Ailson Ferreira Frota Filho
9. Josias Araújo Filho
10. Francisco Magno Martins de Brito
11. Péricles Roberto de Lima Ferreira

Antônio Moreira Barroso Filho
Marcelo Ferreira Teles
João Alfredo Matos
Vicente Augusto Moreira Ribeiro
José Wanginaldo de Gois
Antônio Pereira Silva
João Celso da Trindade Neto
Ailson Ferreira Frota Filho
Josias Araújo Filho
Francisco Magno Martins de Brito
Péricles Roberto de Lima Ferreira